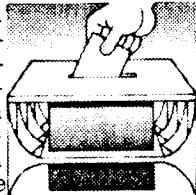


Orçamento não sustenta ambição das promessas

Presidente não terá em 90 dinheiro para pagar projetos dos candidatos de 89

ALDO RENATO SOARES e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA



— Os candidatos à Presidência da República precisam encontrar algum tempo em suas agendas de campanha para dar uma olhada na proposta orçamentária para 1990, encaminhada no final de setembro ao Congresso pelo presidente José Sarney. Diante de uma proposta de orçamento austera, rígida, talvez constatem o que a maioria dos economistas já sabe: não há dinheiro para realizar as promessas que estão sendo feitas ao eleitorado, mesmo as mais modestas.

Aquele monte de papéis e documentos que quase sufocou o presidente do Congresso Nélson Carneiro, quando recebeu do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a proposta orçamentária, contém um recado simples: o caixa do Tesouro não aguenta mais financiar quase nada.

Embora a receita e a despesa estejam estimadas em NCzs 338,8 bilhões, o futuro presidente terá para investir em projetos novos, a rigor, NCzs 2,1 bilhões a preços de maio. Ou algo em torno de NCzs 5,9 bilhões a preços de hoje. Ou, ainda, na linguagem que os candidatos vêm utilizando em seus programas de governo, cerca de US\$ 1,5 bilhão.

O resto já está destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais, encargos das dívidas interna e externa, e outras despesas correntes e de capital. Para se ter uma idéia, dos NCzs 18,4 bilhões (a preços de hoje), destinados ao Ministério da Educação, NCzs 11,9 bilhões são para pagar pessoal. Tirando gastos com outras despesas, como merenda escolar e o salário-educação, que são repassados para os Estados, sobrarão NCzs 565 milhões para novos investimentos, algo em torno de US\$ 140 milhões.

Na área de Saúde, Previdência e Assistência Social, a

situação é idêntica. O total de recursos destinados no orçamento, NCzs 161 bilhões, será gasto integralmente com pensões aposentadorias, salários e manutenção da rede pública de Saúde. Ninguém sabe dizer o que acontecerá se for mantida a vinculação do salário mínimo, que tem reajustes reais de 3%, ao mês, aos benefícios da Previdência.

Alguns candidatos precisam, pelo menos, refletir sobre esses números antes de fazerem suas promessas. Mário Covas (PSDB), por exemplo, costuma enfatizar, nos programas do horário eleitoral gratuito, a intenção de construir 4 milhões de moradias em cinco anos. Ele deseja, simplesmente, fazer em cinco o que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) levou 23 anos para realizar. De 1976 até hoje, o SFH financiou 4,5 milhões de moradias populares.

A fórmula prevista pelo candidato tucano prevê que a União e os governos estaduais destinem 3% de suas receitas para a construção de moradias e os municípios entrariam com a cessão dos terrenos. Só que não existe no orçamento para 1990 verba destinada à construção de moradias. Ele teria de esperar a elaboração da proposta orçamentária de 1991 para incluir esse dispositivo nas diretrizes do orçamento.

Ulysses Guimarães, do PMDB, que promete, se eleito, atingir já no primeiro ano de governo todas as crianças carentes do País com o Programa Nacional do Leite, terá de realizar essa proeza com NCzs 1,3 bilhão, verba destinada pelo orçamento para o programa. Em 89 foram atendidas seis milhões de crianças e a previsão para 90, com os recursos alocados, é atender 7,2 milhões de crianças, o que não chega a ser um quarto do total de menores carentes no País.

Mais difícil para Ulysses Guimarães será colocar em prática a sua promessa de construir, em 5 anos de governo, 150 presídios de alta segurança, com US\$ 1,5 bilhão. Pelo menos no ano que vem, Ulysses terá que se contentar com US\$ 35 milhões, ou 2,3% do totalprevisto. Se eleito o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, que tem marcada sua campanha eleitoral com promessas aos deficientes físicos, terá muita dificuldade no primeiro ano de go-

verno para cumprir as promessas com minguados NCzs 3,2 milhões. Essa é a verba destinada no orçamento de 1990 aos surdos, mudos e cegos do País.

Mais difícil ainda para o candidato do PL será arranjar recursos para executar o seu "Plano de Emergência", que prevê a distribuição de uma cesta de comida e remédios para todos os trabalhadores que ganham até três salários mínimos nos primeiros 18 meses de governo. Ele não poderá apelar nem mesmo para o lançamento de títulos públicos no mercado, como forma de captar recursos para custear o seu plano, porque o próprio Congresso limitou o lançamento desses títulos em 10% da receita tributária líquida (descontadas todas as transferências previstas na Constituição para Estados e Municípios). E o próprio Congresso já comprometeu o recurso desses títulos no orçamento.

No seu programa de governo, o candidato do PDS, Paulo Maluf, promete vagas nas escolas públicas de 1º e 2º graus para todas as crianças e jovens do País — e com farta alimentação. Garante também que a merenda escolar será distribuída para todas as crianças até nas férias. Em primeiro lugar, o acesso às escolas públicas é um direito constitucional, de cada criança. O que falta é construir escolas em número suficiente para atender a todos.

Pelo texto constitucional porém, a área de Educação deve receber 18% da receita tributária líquida da União, e não 20%, como pretende o candidato. Mas essa verba não pode ser gasta toda em investimentos. A maior parte é destinada ao pagamento de pessoal e para a manutenção (despesas correntes) da rede de escolas e universidades já existentes.

E preciso lembrar, também, que mesmo os minguados recursos de investimento para 1990, previstos no orçamento, estão condicionados à aprovação, ainda este ano, de um pacote tributário apresentado pelo governo ao Congresso, que prevê a criação do imposto sobre grandes fortunas, aumentos do Imposto de Renda na área rural, a elevação da alíquota do Finsocial e o aumento da contribuição social. Se o pacote não for aprovado, o quadro de disponibilidade financeira será ainda mais dramático.